



000053

**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE AREIA BRANCA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DO TRABALHO**

**INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 29/2017
JUSTIFICATIVA**

A Secretaria de Administração e do Trabalho de Areia Branca, vem, em atendimento ao art. 26, *caput* da Lei nº 8.666/93, apresentar Justificativa Técnico-Legal para formalização de Processo de Inexigibilidade de Licitação, visando à contratação de Anito José Steinbach, para prestar os serviços de análise, organização, readequação à legislação e práticas administrativas vigentes, unificação, elaboração de anteprojeto de lei referentes à estrutura organizacional e de cargos, bem como a preparação de instrumentos normativos e executivos para realização de Processo Seletivo Simplificado e ainda a elaboração de Projeto Básico para nortear a abertura do processo licitatório para a realização de concurso para provimento de cargo público, em atendimento ao Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta (TAC) expedido em 31/03/2017, conforme o quanto disposto neste processo.

Para respaldar a sua pretensão, esta Secretaria traz aos autos do sobredito processo peças fundamentais: proposta de serviços e documentos daquele profissional que se pretende contratar, além de outros elementos que se constituem no processo em si.

Em que pese a inviabilidade de competição, ainda assim, é inexigível o Processo Licitatório, em razão dos requisitos, todos voltados para o objeto do contrato, bem como para a pessoa do futuro contratado.

Instada a se manifestar, esta Secretaria vem apresentar a justificativa de inexigibilidade de licitação, *sub examine*, o que faz nos seguintes termos:

A Lei nº 8.666/93, no art. 25, II e §1º dispõe, *in verbis*:

"Art. 25 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade ou divulgação;

(...)

§1º - Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, Publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato."

Já o suso-aludido artigo 13, em seu inciso I, com a redação introduzida pela Lei nº 8.883/94, esclarece-nos:

"Art. 13 - Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

(...)



000054

ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE AREIA BRANCA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DO TRABALHO

I – estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;”

Em seguida, o mesmo diploma legal estabelece as condições formais para a composição do processo de inexigibilidade de licitação (*ex vi* do art. 26, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93); Ei-las:

II - Razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - Justificativa do preço.

Sabe-se que o Município de Areia Branca, por força da Constituição Federal, se sujeita ao Estatuto das Licitações e Contratos, máxime quando se utiliza de recursos provenientes da Fazenda Pública.

É bem de perceber, todavia, que nem sempre é necessário, ou possível, instaurar-se um procedimento licitatório (o que ocorre no presente caso). A regra é licitar; no entanto, a Lei nº 8.666/93 excepciona casos em que esta é dispensável, dispensada ou inexigível.

A inexigibilidade de licitação pressupõe uma situação em que esta não é viável ou, em sendo viável, compete ao caráter discricionário do administrador realizá-la ou não, tendo em vista o interesse público e visando o bem comum. Ou seja, a licitação inexigível pode vir a ser uma obrigação, a depender das circunstâncias do caso concreto e da altivez dos bens jurídicos a serem protegidos.

Assim, como se observa, a lei que rege as licitações e contratos administrativos estabelece critérios objetivos para a contratação direta. E é sob a óptica desses critérios infraconstitucionais que será demonstrada a situação de inexigibilidade de licitação que ora se apresenta.

Definindo, de forma bastante clara e sucinta, o que seja necessário para uma contratação direta nos moldes do art. 25, II da Lei de Licitações e Contratos, o festejado administrativista Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, doutrinou:

“A inviabilidade da competição ocorrerá na forma desse inciso se ficar demonstrado o atendimento dos requisitos, que devem ser examinados na seguinte ordem:

a) referentes ao objeto do contrato:

- que se trate de serviço técnico;
- que o serviço esteja elencado no art. 13, da Lei nº 8.666/93;
- que o serviço apresente determinada singularidade;
- que o serviço não seja de publicidade e divulgação.

b) referentes ao contratado:

- que o profissional detenha a habilitação pertinente;
- que o profissional ou empresa possua especialização na realização do objeto pretendido;
- que a especialização seja notória;
- que a notória especialização esteja intimamente relacionada com a singularidade pretendida pela Administração.” ¹

¹ in FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. *Contratação Direta Sem Licitação*. Fórum.



000055

ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE AREIA BRANCA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DO TRABALHO

Analisando-se, agora, passo a passo, os requisitos exigidos para se configurar a inexigibilidade, vê-se que tanto o objeto a ser contratado – contratação de profissional especializado na área de gestão pública para realizar análise, organização, readequação à legislação e práticas administrativas vigentes, unificação, elaboração de anteprojeto de lei referentes à estrutura organizacional e de cargos, bem como a preparação de instrumentos normativos e executivos para realização de Processo Seletivo Simplificado e ainda a elaboração de Projeto Básico para nortear a abertura do processo licitatório para a realização de concurso para provimento de cargo público, em atendimento ao Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta expedido em 31/03/2017 – quanto o profissional que se pretende contratar – Anito José Steinbach – preenchem os mesmos, conforme a farta documentação apresentada e como vemos, a seguir.

Assim, de cada um dos requisitos preestabelecidos, temos:

Referentes ao objeto do contrato

➤ **Que se trate de serviço técnico** – O serviço técnico é todo aquele em que se exige uma habilitação para ser realizado. Não se trata, simplesmente, da realização de um mero serviço comum; pelo contrário, é algo que exige certo conhecimento para a sua realização. Ora, *realizar análise, organização, readequação à legislação e práticas administrativas vigentes, unificação, elaboração de anteprojeto de lei referentes à estrutura organizacional e de cargos, bem como a preparação de instrumentos normativos e executivos para realização de Processo Seletivo Simplificado e ainda a elaboração de Projeto Básico para nortear a abertura do processo licitatório para a realização de concurso para provimento de cargo público* não é um serviço comum; é um serviço altamente técnico, profissional e especializado, principalmente em virtude da sua complexidade. Hely Lopes Meirelles, com lapidar clareza, assere:

“Serviços técnicos profissionais são todos aqueles que exigem habilitação legal para a sua execução. Essa habilitação varia desde o simples registro do profissional ou firma na repartição administrativa competente, até o diploma de curso superior oficialmente reconhecido. O que caracteriza o serviço técnico é a privatividade de sua execução por profissional habilitado, seja ele um mero artífice, um técnico de grau médio ou um diplomado em escola superior.”

E, nesse diapasão, complementa:

“Além da habilitação técnica e profissional normal, são realizados por quem se aprofundou nos estudos, no exercício da profissão, na pesquisa científica, ou através de cursos de pós-graduação ou de estágios de aperfeiçoamento. São serviços de alta especialização e conhecimentos pouco difundidos entre os demais técnicos da mesma profissão. Esses conhecimentos podem ser científicos ou tecnológicos, vale dizer, de ciência pura ou de ciência aplicada ao desenvolvimento das atividades humanas e às exigências do progresso social e econômico em todos os seus aspectos.” ²

² in MEIRELLES, Hely Lopes. *Curso de Direito Administrativo*. Malheiros.



000076

ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE AREIA BRANCA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DO TRABALHO

Ora, é inegável que nos quadros do Município não existe Servidor com tal especialização e experiência, tornando-se uma grande preocupação para o Gestor este tipo de contratação, especialmente no que tange à sua complexidade e amplitude, analisando-se que admissão de interessados para provimento de cargo público é um ato de consequências permanentes, logo, não se deve admitir possíveis falhas na elaboração do projeto, não obstante, destaque-se também que a referida contratação remonta ao cumprimento do Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta assinado em 31/03/2017; a realização desses serviços, assim, exige uma habilitação à sua realização, onde o Sr. Anito José Steinbach possi a necessária e competente habilitação à sua realização; portanto, serviço a ser contratado é eminentemente técnico, profissional e especializado.

➤ **Que o serviço esteja elencado no art. 13, da Lei nº 8.666/93** – Este artigo elenca diversos tipos de serviços técnicos profissionais especializados e, dentre eles, o inciso I contempla estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos. O serviço a ser contratado – realizar análise, organização, readequação à legislação e práticas administrativas vigentes, unificação, elaboração de anteprojeto de lei referentes à estrutura organizacional e de cargos, bem como a preparação de instrumentos normativos e executivos para realização de Processo Seletivo Simplificado e ainda a elaboração de Projeto Básico para nortear a abertura do processo licitatório para a realização de concurso para provimento de cargo público – então, está contemplado naquele artigo.

Valendo-nos do Professor Marçal Justen Filho, para o completo esclarecimento, temos:

“Embora a letra da Lei se refira, basicamente, a atividades consultivas e teóricas, o art. 13 abrange também as atividades executivas daquelas derivadas. Como observa Hely Lopes Meirelles, são serviços técnicos tanto os que versem sobre o planejamento, a programação e a elaboração de estudos e projetos, como os que envolvam a execução ou prestação de serviços propriamente ditos. Muitas vezes, o serviço técnico profissional especializado se exaure na atividade consultiva, sendo viável a execução através de outrem.”

E, complementando, assevera:

“Em todos os casos, o serviço visa a instrumentalizar as decisões da Administração, ministrando-lhe subsídios de natureza técnica acerca das circunstâncias relevantes para uma decisão.” ³

Portanto, *realizar análise, organização, readequação à legislação e práticas administrativas vigentes, unificação, elaboração de anteprojeto* estão devidamente formalizadas no inciso I, do art. 13 da Lei nº 8.666/93, não restando qualquer dúvida nesse sentido.

➤ **Que o serviço apresente determinada singularidade** – O serviço a ser contratado possui a singularidade exigida para ser enquadrado como inexigível.

³ in JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. Dialética.



000077

ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE AREIA BRANCA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DO TRABALHO

A contratação de profissional especializado na área de gestão pública para realizar análise, organização, readequação à legislação e práticas administrativas vigentes, unificação, elaboração de anteprojeto de lei referentes à estrutura organizacional e de cargos, bem como a preparação de instrumentos normativos e executivos para realização de Processo Seletivo Simplificado e ainda a elaboração de Projeto Básico para nortear a abertura do processo licitatório para a realização de concurso para provimento de cargo público, em atendimento ao Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta expedido em 31/03/2017, dentre outros, possui toda uma especificidade, pois é destinado a otimizar o andamento dos serviços desenvolvidos por este Município, serviços esses que apresentam determinada singularidade, como realização de análise técnica, elaboração de projetos básico e executivo, além de outros que tornariam a enumeração demasiadamente extensiva. Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, por excelência, esclarece-nos:

"A singularidade, como textualmente estabelece a lei, é do objeto do contrato; é o serviço pretendido pela Administração que é singular, e não o executor do serviço. Aliás, todo profissional é singular, posto que esse atributo é próprio da natureza humana.

Singular é a característica do objeto que o individualiza, distingue dos demais. É a presença de um atributo incomum na espécie, diferenciador. A singularidade não está associada à noção de preço, de dimensões, de localidade, de cor ou de forma." ⁴

Nesse sentido, repetimos que o objeto da contratação é deveras singular: *contratação de profissional especializado na área de gestão pública para realizar análise, organização, readequação à legislação e práticas administrativas vigentes, unificação, elaboração de anteprojeto de lei referentes à estrutura organizacional e de cargos, bem como a preparação de instrumentos normativos e executivos para realização de Processo Seletivo Simplificado e ainda a elaboração de Projeto Básico para nortear a abertura do processo licitatório para a realização de concurso para provimento de cargo público, em atendimento ao Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta expedido em 31/03/2017, dentre outros, é demasiadamente técnica e específica, principalmente nesse âmbito aqui tratado: destinada ao Município. Ademais, chega a ser inviável a licitação, porquanto alguns dos serviços a serem executados são ímpares, dependentes de alta especificidade técnica para executá-los, tornando-os, destarte, singulares, não permitindo, assim, comparações, por serem, também, individualizados e peculiarizados, de acordo com cada profissional, sendo que o pretendido possui experiência nesse campo, por já o ter realizado anteriormente, por diversas e incontáveis vezes, com resultados plenamente satisfatórios. Valemo-nos, mais uma vez, de Marçal:*

"Inviabiliza-se a comparação, pois cada profissional prestador de serviço dá-lhe configuração personalíssima. Logo, a licitação se torna inexigível por singularidade do objeto em vista da impossibilidade de julgamento objetivo. Acerca da questão, merece transcrição do pensamento de Celso Antônio Bandeira de Mello, no sentido de que '... são singulares todas as produções intelectuais, realizadas isolada ou conjuntamente - por

⁴ Ob. Cit.



000078

ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE AREIA BRANCA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DO TRABALHO

equipe – sempre que o trabalho a ser produzido se defina pela marca pessoal (ou coletiva) expressada em características científicas, técnicas ou artísticas”⁵

Novamente, trazemos à baila a problemática que é executar o serviço que aqui pretende-se contratar. É-se preciso ter experiência e conhecimento para lidar com esse tipo de assunto. Portanto, quanto à sua natureza singular, é a mesma indiscutível, posto que o objeto, em alguns dos casos, é de característica única e peculiar, não obstante o imensurável cunho social do mesmo, refletido na qualidade do trabalho e segurança das decisões para o gestor. Vale ressaltar, desta forma, por oportuno, o entendimento de Marçal Justen Filho acerca do assunto:

“A singularidade do objeto consiste, na verdade, na singularidade (peculiaridade) do interesse público a ser satisfeito. A raiz da inexigibilidade da licitação reside na necessidade a ser atendida e não no objeto ofertado. Ou seja, não é o objeto que é singular, mas o interesse público concreto. A singularidade do objeto contratado é reflexo da especialidade do interesse público.”⁶

Devemos, então, nesse ponto, para finalizar o tema, encarar a questão da definição da singularidade do objeto em dois pontos básicos e cruciais: ser estabelecida exclusivamente à luz do interesse público e visar à realização do bem comum. E, assim, podemos constatar, hialinamente, que ambos se fazem presentes no objeto da contratação, pois a *contratação de profissional especializado na área de gestão pública para realizar análise, organização, readequação à legislação e práticas administrativas vigentes, unificação, elaboração de anteprojeto de lei referentes à estrutura organizacional e de cargos, bem como a preparação de instrumentos normativos e executivos para realização de Processo Seletivo Simplificado e ainda a elaboração de Projeto Básico para nortear a abertura do processo licitatório para a realização de concurso para provimento de cargo público, em atendimento ao Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta expedido em 31/03/2017*, dentre outros, possui, inegavelmente, interesse público, no sentido de aperfeiçoar e respaldar as decisões tomadas pelo gestor público, decisões tais de interesse dos munícipes, representados pelos seus prepostos, no sentido de viabilizar projetos específicos (singulares) em prol da comunidade e em benefício das camadas mais carentes da população, otimizando a qualidade de vida e proporcionando meios para a geração de emprego e renda, destinados ao bem de toda comunidade; portanto, o objeto é, eminentemente, de interesse público e visa à realização do bem comum, sendo também, pelo exposto, singular.

➤ **Que o serviço não seja de publicidade e divulgação** – Ora, é de uma clareza de doer nos olhos que o serviço aqui a ser contratado não se trata de publicidade e divulgação, mas, sim, de estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos, elencado no art. 15, I, da Lei de Licitações e Contratos, dispensando-se, desta forma, maiores comentários a respeito, ante os comentários acima já dispensados ao assunto.

Referentes ao contratado

⁵ Ob. Cit.

⁶ Ob. Cit.



000079

ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE AREIA BRANCA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DO TRABALHO

➤ **Que o profissional detenha a habilitação pertinente** – Para a realização do objeto pretendido, a primeira exigência que se impõe é que o futuro contratado possua habilitação técnica. Uma vez que a lei refere-se a serviço técnico, a habilitação constitui-se na capacidade legal para a realização do serviço, atendendo aos requisitos legais no caso. O profissional que se pretende possui a necessária habilitação, pertinente à realização dos serviços, conforme se pode atestar mediante os documentos apresentados, quais sejam: *Curriculum Vitae*, *Atestados de Capacidade e demais documentos*.

- **Que o profissional ou empresa possua especialização na realização do objeto pretendido** – Para que se opere, legitimamente, a contratação direta nos moldes aqui pretendidos, faz-se necessário, ainda, que o profissional ou empresa possua especialização na realização do objeto pretendido. Essa especialização dá-se pelo estudo ou desenvolvimento especial de certa arte ou ciência, de forma particularizada. E, novamente, constatamos que o Sr. Anito José Steinbach é possuidor da mesma, pelas atividades desenvolvidas ao longo do seu trabalho e intimamente relacionadas com o objeto contratado. São muitos anos na prestação desses serviços para diversas entidades públicas, aprimorando-se a cada ano, e consolidando-se no mercado de trabalho como profissional devidamente reconhecido e notório, que prima pela qualidade total de seus serviços. Para arrematarmos a questão, trazemos a lume os ensinamentos do Professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes acerca do assunto:

“Enquanto a habilitação é um requisito objetivo, demonstrável mediante documentação própria, a especialização é de índole subjetiva, no sentido de ser um atributo ligado ao agente, profissional ou empresa e não possui forma legal própria, exclusiva, específica de documentação.”

E, concluindo:

“A especialização, como indica a própria palavra, se faz no direcionamento, na busca do conhecimento e no desenvolvimento de certa atividade.” ⁷

➤ **Que a especialização seja notória** – Com relação à notória especialização, esta se torna evidente mediante a constatação da realização de inúmeros serviços anteriores, cujos objetos eram idênticos aos aqui pretendidos, a exemplo de trabalhos realizados as mais diversas prefeituras e câmaras, no desenvolvimento de suas funções primárias, tais como análises técnicas, planejamentos de trabalhos, Elaboração de Projetos básicos e executivos, assessoria na elaboração de projetos de lei, etc., sendo esse palco mais que comprobatório e indispensável à aferição da capacidade técnica e notória especialização do Sr. Anito José Steinbach. Parafraseando o mestre Marçal, acerca da notória especialização:

“A primeira exigência, então, é o profissional a ser contratado apresentar objetivamente as condições de atender às necessidades da Administração. Tratando-se de serviços técnicos-científicos especializados, o exercício dos serviços pressupõe, de ordinário, certos requisitos formais. Assim, a conclusão de cursos, a participação em certos organismos voltados à atividade especializada, o

⁷ Ob. Cit.



000060

ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE AREIA BRANCA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DO TRABALHO

desenvolvimento de serviços semelhantes em outras oportunidades, a autoria de obras literárias (técnico-científicas, se for o caso), o exercício do magistério superior, a premiação por serviços similares, a existência de aparelhamento específico, a organização de equipe técnica, etc. Não há como circunscrever exaustivamente as evidências da capacitação objetiva do contratado para prestar o serviço. O tema dependerá do tipo e das peculiaridades do serviço técnico científico, assim como da profissão exercitada. No entanto, é indispensável a existência de evidência objetiva dessa especialização e capacitação do escolhido."

E assevera:

"A notória especialização consiste, então, nesse juízo difuso acerca da qualificação do sujeito para desempenho da atividade objeto da contratação." ⁸

➤ **Que a notória especialização esteja intimamente relacionada com a singularidade pretendida pela Administração** – Por fim, é fácil de constatar que a notória especialização do profissional a ser contratado não somente está intimamente relacionada com a singularidade pretendida, mas é parte integrante da futura contratação. O Sr. Anito José Steinbach possui notória especialização relativa realização de estudos técnicos, planejamentos e elaboração de projetos básicos ou executivos, como o próprio nome já o diz e conforme já demonstrado, e aqui será contratado para *realizar análise, organização, readequação à legislação e práticas administrativas vigentes, unificação, elaboração de anteprojeto de lei referentes à estrutura organizacional e de cargos, bem como a preparação de instrumentos normativos e executivos para realização de Processo Seletivo Simplificado e ainda a elaboração de Projeto Básico para nortear a abertura do processo licitatório para a realização de concurso para provimento de cargo público, em atendimento ao Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta expedido em 31/03/2017, dentre outros já enumerados.* O objeto singular buscado, nesse desiderato de pleno interesse público, é o mesmo da notória especialização. Impossível de se haver correlação mais íntima! Para finalizar, o posicionamento de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes:

"Por oportuno, insta ressaltar que a notória especialização do futuro contratado deve estar associada ao objeto pretendido pela Administração e ser suficiente para atender à singularidade imposta pelo interesse público."

E finaliza:

"Deve haver sempre íntima correlação entre a especialização e a singularidade do objeto." ⁹

Outrossim, não se poderia, em hipótese alguma, deixar de mencionar um fator extremamente importante, e essencial na escolha deste profissional para a contratação: a confiança nos serviços executados! E essa se faz primordial, haja vista

⁸ Ob. Cit.

⁹ Ob. Cit.



000061

ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE AREIA BRANCA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DO TRABALHO

que é esse grau de confiança, depositado no contratado, que torna o serviço executado singular, posto que esse será realizado à sua maneira, própria, pessoal e individualmente insuscetível de comparações, considerando-se o alto teor de subjetividade apresentado na realização de cada trabalho proposto, por individualizado e peculiar a cada profissional que o realiza, sendo inegável a necessidade da confiança do contratante no executor dos serviços como motivo de sucesso da sua gestão; tanto assim o é que o próprio Tribunal de Contas da União, em sua Súmula nº 264, assim entendeu:

"A inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos com pessoas físicas ou jurídicas de notória especialização somente é cabível quando se tratar de serviço de natureza singular, capaz de exigir, na seleção do executor de confiança, grau de subjetividade insuscetível de ser medido pelos critérios objetivos de qualificação inerentes ao processo de licitação, nos termos do art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/1993." 10

Vencidos os requisitos necessários para uma contratação direta nos moldes do art. 25, II da Lei nº 8.666/93, vejamos, agora, as condições formais para a composição do processo de inexigibilidade de licitação.

II - Razão da escolha do fornecedor ou executante - A escolha do profissional Anito José Steinbach não foi contingencial. Prende-se ao fato de que ele enquadra-se, perfeitamente, nos dispositivos enumerados na Lei de Licitações e Contratos, consoante o já exaustivamente demonstrado acima, como *conditio sine qua non* à contratação direta. E não somente por isso; é extremamente experiente, capacitado e gabaritado para o serviço pretendido, que é de interesse público e visando à realização do bem comum, com ampla experiência nessa área, possuindo íntima relação com o objeto que aqui se contratado, sendo, desta forma, indiscutivelmente, a mais indicada. Cabe, ainda, reiterar que o serviço aqui a ser contratado encontra acolhida na Legislação de Licitações e Contratos, em seu artigo 13, inciso I.

III - Justificativa do preço - Para que algo seja compatível com outro, é preciso que haja uma coexistência harmoniosa entre ambos no mundo comum; assim, para que um preço seja compatível com o de mercado, é preciso que exista, pelo menos, outro profissional, de mesmo porte e capacidade, que preste, exatamente, o mesmo serviço e apresente um preço similar ao primeiro. No caso de Anito José Steinbach, alguns dos serviços prestados são únicos e especializados, não cabendo, portanto, comparativos, verificados, facilmente, pela unicidade e individualidade dos serviços a serem prestados, tornando seus preços, pela não coexistência, impossíveis de comparação, em virtude da especificidade, dos profissionais, e não pelo valor, entretanto preços justos, dentro de parâmetros aceitáveis e no mesmo patamar dos preços contratados por outras entidades, de acordo com consulta realizada Sistema de Transparência e Controle Social do Portal- do Tribunal de Contas de Sergipe. Ademais, o serviço a ser executado é ímpar e depende de alta especificidade técnica para executá-lo, tornando-o singular, não permitindo, assim, comparações, por ser, também, individualizado e peculiarizado, de acordo com cada profissional que o realize, pois, como bem obtempera o Prof. Jorge Ulisses, "*todo profissional é singular, posto que esse atributo é próprio da natureza humana*", sendo que o profissional a ser contratado possui conhecimento profundo nesse campo, levando-se em consideração

¹⁰ Súmula nº 264/2011 - TCU



080062

ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE AREIA BRANCA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DO TRABALHO

a sua vasta experiência. Ademais, os preços apresentados pelos serviços a serem prestados encontram-se dentro de parâmetros aceitáveis e de acordo com os praticados no mercado.

Reponta extreme de dúvidas, portanto, que a situação que se nos apresenta, conforme aqui exaustiva e extensivamente demonstrada é, tipicamente, de Inexigibilidade de Licitação. E, nesse diapasão, é-se permitido ao administrador afastar-se da licitação, mediante a relevância do interesse público, do bem comum e da altivez dos bens aqui tutelados. Afinal, a Constituição tutela outros princípios, além do da igualdade. Para respaldar esse entendimento, trazemos à baila as lições do Tribunal de Contas da União:

"(...) o Administrador deve, na situação do inciso II do art. 25, escolher o mais adequado à satisfação do objeto. O legislador admitiu, no caso, a existência de outros menos adequados, e colocou, portanto, sob o poder discricionário do Administrador a escolha do contratado, sob a devida e indispensável motivação, inclusive quanto ao preço, ao prazo e, principalmente, o aspecto do interesse público, que deverá estar acima de qualquer outra razão." 11

Por fim, não finalmente, diante da fundamentação fático-jurídica, e:

Considerando que a contratação desses serviços decorre da necessidade de realizar análise, organização, readequação à legislação e práticas administrativas vigentes, unificação, elaboração de anteprojeto de lei referentes à estrutura organizacional e de cargos, bem como a preparação de instrumentos normativos e executivos para realização de Processo Seletivo Simplificado e ainda a elaboração de Projeto Básico para nortear a abertura do processo licitatório para a realização de concurso para provimento de cargo público;

Considerando que essa contratação também se faz indispensável, mediante o TAC assinado em 31/03/2017, onde faz-se necessária a total observância na excelência do processamento dos passos a serem adotados, dado o grande e permanente impacto que recai ao Município quando da realização de concurso para provimento de cargos públicos;

Considerando que este Município não possui pessoal próprio para a realização desses serviços, talvez pela falta de qualificação do mesmo ou, ainda, pela constante mudança da legislação, o que exige a contratação de profissional altamente qualificado, no intuito de dar segurança e abalizar as decisões tomadas;

Considerando que o Sr. Anito José Steinbach é um profissional já firmado no mercado sergipano no pertinente ramo, já possuindo mais de 10 anos de experiência;

Considerando que o Anito José Steinbach, possui a pertinente e necessária especialização técnica para o desenvolvimento dos serviços;

Considerando, por derradeiro, a necessidade de por em funcionamento esse serviço, posto que essencial ao andamento dos trabalhos aqui executados, é que,

¹¹ Acórdão 204/2005 – Plenário - TCU



000063

ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE AREIA BRANCA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DO TRABALHO

pelo exposto, faz-se necessária a contratação do Sr. Anito José Steinbach, para prestar os serviços de *análise, organização, readequação à legislação e práticas administrativas vigentes, unificação, elaboração de anteprojeto de lei referentes à estrutura organizacional e de cargos, bem como a preparação de instrumentos normativos e executivos para realização de Processo Seletivo Simplificado e ainda a elaboração de Projeto Básico para nortear a abertura do processo licitatório para a realização de concurso para provimento de cargo público.*

Finalmente, porém não menos importante, *ex posistis*, opino pela contratação direta dos serviços do Proponente Anito José Steinbach sem o precedente Processo Licitatório, *ex vi* do art. 25, II e §1º, c/c art. 13, I e art. 26, parágrafo único, II e III, todos da Lei nº 8.666/93, em sua atual redação.

Perfaz a presente Inexigibilidade de Licitação o valor global de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), sendo a vigência contratual de 03 (três) meses, contados a partir de sua assinatura, correndo as despesas por conta da seguinte classificação orçamentária:

CÓDIGO DA UNIDADE	PROJETO OU ATIVIDADE	CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA	FONTE DE RECURSOS
15.29	2015	3390.36.00	000

Portanto, com fundamento nas razões fáticas e jurídicas, submeto, pois, esta Justificativa ao Excelentíssimo Senhor Prefeito, para, querendo, ratificá-la, determinando sua publicação no prazo de **cinco dias**, no mecanismo de imprensa oficial deste Município, como *conditio sine qua non* para eficácia deste ato.

Areia Branca/SE, 11 de agosto de 2017.

ADELVÂN ANDREILINO DOS SANTOS
Secretário de Administração e do Trabalho

RATIFICO. Publique-se.
Em, 11 de agosto de 2017.

ALAN ANDREILINO NUNES SANTOS
Gestor do Município